



Acta da reunião do Comité de Coordenação da Comissão Arco Atlântico

Quarta-feira 3 de Março de 2010
- Fundación Galicia Europa, Bruxelas -

Lista dos participantes: ver a hiperligação seguinte: [Consultar a lista](#)

1- Prioridades da Comissão Europeia em matéria de política marítima integrada e ponto da situação da reflexão sobre a comunicação atlântica: Yves Auffret, membro do Gabinete da Comissária Maria Damanaki, apresentou os trabalhos em curso e as futuras orientações da DG Mare, apoiadas em:

- O plano de acção lançado no fim de 2007, paralelamente ao Livro Azul: 60 acções num total de 65 estavam em curso ou já concluídas: [Mais informações](#)

- Em Novembro de 2009, o Conselho Europeu mandatou a Comissão para prosseguir a integração da política marítima integrada (PMI): desenvolvimento de sectores e fileiras marítimas, reforço da governação marítima nos Estados-Membros e reflexão sobre o crescimento económico, a dimensão ambiental e social da PMI: [Mais informações](#)

- As linhas directrizes da Comissão Barroso: prosseguir os esforços para integrar esta política: auto-estradas marítimas, ordenamento do espaço marítimo, sistema de vigilância marítima, rede europeia de dados sobre o meio marinho [Mais informações](#) (página 25).

- Europa 2020: estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, adoptada pelo Colégio dos Comissários: [Mais informações](#)

- Por ocasião da tomada de posse, a Comissária Maria Damanaki fixou-se dois eixos de trabalho:

- Consolidar a PMI através da criação dos respectivos instrumentos: o ordenamento do espaço marítimo, a vigilância marítima europeia (civil e militar) e o conhecimento científico do mar (rede EMODNET, atlas marítimo, etc.);
- Desenvolvimento das «zonas azuis», ou seja, a inclusão da dimensão marítima nas políticas europeias: transporte, investigação, relações externas, assuntos sociais (protecção social, formação, reconversão, etc.), luta contra a pirataria, desenvolvimento insular, etc.

Por fim, Yves Auffret explicou que, no contexto da política marítima integrada europeia, o Arco Atlântico era um espaço estratégico. A DG Mare daria especial atenção à elaboração de uma comunicação sobre este espaço.

Questões:

Associação da PMI à estratégia Europa 2020 e ao orçamento: perante o Parlamento Europeu, Maria Damanaki comprometeu-se a criar um instrumento para apoiar a PMI, sem no entanto especificar se revestiria a forma de um fundo específico ou se seria integrado em outros instrumentos financeiros (entre a presente data e 2013 e para o período posterior a 2013). Indicou, porém, que este instrumento seria independente do instrumento de financiamento da política comum da pesca.

Conteúdo da comunicação atlântica: Yves Auffret explicou que o trabalho da Comissão não estava suficientemente avançado para que pudesse dar orientações sobre o conteúdo do documento. Em contrapartida, comprometeu-se a apoiar as propostas das Regiões.

Vínculo entre a PMI e as outras políticas, nomeadamente os futuros instrumentos de cooperação: Yves Auffret explicou que, para a DG Mare, a prioridade era fazer progredir a coordenação com as demais políticas europeias. Assim, fora criado o grupo interserviços da Comissão que reunia 25 DG e Maria Damanaki presidia a uma formação do Colégio dos Comissários. Sobre a questão da comunicação atlântica, Luis Cuervo precisou que a DG Mare trabalhava em conjunto com a DG Regio. Quanto ao calendário, a comunicação devia ser publicada em Março de 2011.

2 - Apresentação do intergrupo «Mar e zonas costeiras» do Parlamento Europeu: Depois de ter evocado o papel essencial desempenhado pela CRPM na emergência do intergrupo, Florent Saint-Martin, assistente parlamentar de Corinne Lepage, recordou os seus principais objectivos:

- Coordenar as posições do PE sobre o mar: pesca, ambiente, indústria, emprego e assuntos sociais, orçamento, etc.
- Fazer emergir temas até então pouco presentes nos debates parlamentares: questão dos guardas costeiros, energias marinhas, resíduos, adaptação às alterações climáticas, etc.

Aventou seguidamente a possibilidade de organizar um seminário sobre as estratégias macrorregionais com o objectivo de interrogar-se sobre a reprodutibilidade do «modelo báltico». Insistiu, por fim, na oportunidade de conferir uma dimensão parlamentar à estratégia atlântica.

Jean-Michel Arrivé quis ser informado acerca da reflexão do intergrupo sobre os instrumentos de execução da política marítima integrada (programas de cooperação, política de coesão). Entendia que convinha interrogar-se sobre uma melhor coordenação e, mormente, sobre uma territorialização dos fundos. Florent Saint-Martin respondeu que não deixaria de inscrever esta questão nas reflexões do intergrupo apontando, porém, que o Parlamento Europeu não tinha influência na utilização das receitas do orçamento comunitário.

3- Mobilização a favor da estratégia integrada para o Arco Atlântico

A- Balanço de actividade e próximas etapas da mobilização

Análise dos programas operacionais e identificação dos actores atlânticos - Rosa Espósito e Juan Gago, em nome do Principado de Astúrias: *Ver a apresentação em Powerpoint.* [Apresentação das Astúrias](#)

Análise das respostas aos inquéritos - Fabien Mesclier: *Ver a apresentação em Powerpoint* [As respostas](#)

Próximas etapas da mobilização: Fabien Mesclier propôs que a Comissão Arco Atlântico prosseguisse o trabalho de mobilização política, reforçando os laços com a Comissão Europeia, o Parlamento, o Comité das Regiões e os Estados-Membros. Além disso, doravante a prioridade era trabalhar no conteúdo da estratégia, identificando prioridades por tema e reflectindo nos instrumentos (governança, futuras políticas da UE).

Rafael Hueso, em nome do Governo basco, deu conta do encontro entre o Lehendakari (Presidente), Patxi López, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo espanhol, Miguel Angel Moratinos. No decurso do encontro, o Ministro propôs que a estratégia atlântica fosse apresentada no próximo Conselho Europeu de Junho, tendo como ambição que o Conselho mandatasse a Comissão para preparar esta estratégia. Além disso, o Ministro sugeriu a organização em 2011 de um encontro entre os governos dos 5 Estados do Arco Atlântico para discutir as acções a realizar à escala do Arco Atlântico. Rafael Hueso alvitrou que fosse redigida uma carta destinada a Miguel Angel Moratinos a fim de obter a confirmação dos seus compromissos. Indicou que as Regiões se associariam a esta Conferência. A sua colega Marta Marín acrescentou que era essencial agir agora para tirar

partido de um calendário muito favorável: a Presidência espanhola de UE e o reconhecimento do conceito de coesão territorial no Tratado de Lisboa.

Maria José Rodríguez, em nome do Principado das Astúrias, evocou a intervenção de Manuel Chaves, Ministro da Cooperação Territorial do Governo espanhol, na reunião da Mesa Política da CRPM, realizada em 15 e 16 de Fevereiro último em Gijón. Este apoiara igualmente a execução de uma estratégia integrada para o Arco Atlântico.

B- Debate sobre o conteúdo da estratégia

a- O conteúdo da estratégia

Em relação com a estratégia, Ronan McAdam, em nome da Região de Poitou-Charentes, recordou o papel essencial da cooperação territorial. A seu ver, a cooperação devia contribuir para a execução das políticas europeias. Ora, actualmente, era difícil avaliar o seu impacto real devido à falta de indicadores. Chamou a atenção para as quatro missões periciais realizadas pelo programa [Interreg IIIB-Espaço atlântico](#) (água, segurança marítima, alterações climáticas, energias marinhas) que permitiram identificar 26 projectos estratégicos para o espaço atlântico.

Voltando à questão da divisão do Atlântico em sub-bacias suscitada no inquérito, Jean-Michel Arrivé, em nome da Região da Aquitânia, reconheceu que era necessário ponderar certos temas em escala mais restrita do que o espaço atlântico. Apesar disso, rejeitou a ideia de uma divisão *a priori* do Arco Atlântico. No seu entender, importava garantir uma governação eficaz envolvendo os níveis europeus, nacionais, regionais e locais. Além disso, convinha privilegiar a dimensão marítima da estratégia e concentrar-se num número limitado de temas. Reconhecendo esse dado como irrefutável, Rafael Hueso recordou que certas problemáticas atlânticas eram igualmente de natureza terrestre (por exemplo: ferroviária).

Luis Cuervo, em nome da DG Mare, explicou que a opinião dos Estados-Membros seria determinante para a elaboração da comunicação da Comissão Europeia sobre o Arco Atlântico. A metodologia seria focar, por um lado, as problemáticas gerais do Arco Atlântico e, por outro, as problemáticas de espaços específicos. A comunicação não contemplaria os pormenores das acções a desenvolver deixando esse cuidado aos Estados, às Regiões e aos operadores económicos.

Tamara Guirao, em nome da Conferência das Cidades do Arco Atlântico, apresentou os temas em que a CCAA trabalhava, que poderiam constituir a vertente urbana da estratégia para o Arco Atlântico: mobilidade urbana, desenvolvimento urbano sustentável (em ligação com a Carta de Leipzig e o Pacto de Autarcas), a ligação em rede dos centros de investigação (projecto *Know Cities*) e as relações transatlânticas (geminação): [Mais informações](#)

À guisa de síntese, Christophe Le Foll, em nome da Região da Baixa Normandia, frisou três pontos decorrentes dos debates:

- Subsidiariedade/governação: importava formular primeiro uma visão global do Atlântico e depois identificar as problemáticas à escala mais pertinente.
- Era necessário tirar partido da actual conjuntura favorável para associar todos os actores.
- O carácter marítimo era prioritário mas não exclusivo. Além disso, convinha limitar os temas aos desafios especificamente atlânticos.

b- Os temas prioritários

O grupo «Transportes» da Comissão Arco Atlântico (GTAA): Rafael Hueso recordou as principais funções do grupo: exploração da actualidade comunitária, contribuição para debates sobre a mobilidade urbana e a revisão das RTE-T, preparação de um projecto sobre as plataformas logísticas. Por fim, recordou que o GTAA contribuía para o inquérito sobre a estratégia atlântica e que prosseguiria a sua mobilização a favor da estratégia. Estes diferentes pontos seriam abordados na próxima reunião do grupo em 17 de Março próximo em Bruxelas.

As energias marinhas:

- *Apresentação do estudo da RTA sobre as energias marinhas renováveis:* Pablo Coto-Millán e Daniel Ruiz Schaefer, respectivamente Presidente e Secretário-Geral da RTA e do CES da Cantábria, apresentaram o conteúdo deste estudo em curso de finalização. Definia a situação política, técnica, económica, financeira, social e ambiental do desenvolvimento das energias marinhas no Arco Atlântico. Se bem que este espaço beneficiasse de uma verdadeira vantagem comparativa neste domínio, o estudo apontava, nomeadamente, carências em matéria de planificação estratégica e de moldura jurídica, falhas na conexão dos territórios atlânticos à rede eléctrica europeia ou falta de determinação política para favorecer a instalação destas energias.

- *Informação sobre a missão pericial «Energias marinhas renováveis» do programa Interreg IIIB-Espaço Atlântico:* Ronan McAdam recordou as principais recomendações formuladas no documento e os projectos de cooperação prioritários identificados: [Interreg IIIB-Espaço atlântico](#)

c- Síntese do debate sobre as prioridades da estratégia e as futuras acções a implementar

- Sobre o método, Jean-Michel Arrivé e Sylvie Couratin insistiram na importância de associar os políticos ao debate sobre as prioridades da estratégia. A Assembleia-Geral poderia, a este título, constituir uma ocasião propícia para a troca de impressões. Ronan McAdam sugeriu a centralização nos objectivos a atingir, isto é, fazer emergir projectos estratégicos.

- Os participantes deram conta da sua vontade de limitar o número de temas abordados pela estratégia. Dos debates emergiram quatro temas:

- A governação;
- O mar: segurança marítima, pesca, planificação, etc.;
- A perifericidade: transporte (marítimo ou não);
- O futuro (a médio e a longo prazo): energias, inovação, economia verde, etc.

- Dois pontos nasceram dos debates: ter um conhecimento mais exacto das necessidades dos territórios atlânticos (nomeadamente por meio de indicadores e de cartografia) e obter uma visão prospectiva dos desafios com que estes territórios seriam confrontados a médio e a longo prazo. Christophe Le Foll propôs a organização de uma reunião com universidades atlânticas e cartógrafos (IAAT) a fim de identificar correctamente as necessidades.

- Calendário das próximas reuniões:

- 17 de Março: Reunião do grupo Transportes da Comissão Arco Atlântico (Bruxelas);
- 15 e 16 de Abril: Seminário sobre as energias marinhas (Santander, Cantábria-Espanha);
- 21 de Maio: *Maritime Day* - Seminário organizado pela Comissão Arco Atlântico (Gijón, Astúrias-Espanha) em torno de quatro temas: ambiente, alterações climáticas, transporte e governação;
- 17-18 de Junho: Assembleia-Geral conjunta da Comissão Arco Atlântico/CCAA (Rennes, Bretanha-França) com o objectivo de facilitar uma discussão política com base num documento de reflexão.